

Se há uma lição a extrair de *Alegria*, essa lição poderá ser, entre outras possíveis, a de a clivagem entre a boa convivência democrática e a moldura autocrática se afigurar, na realidade, bem frágil. Sobretudo se o contexto for (e não é difícil imaginar cenários suscetíveis de o preencher: alterações climáticas ferozes, pandemias, hecatombes tecno-digitais, etc.) o de uma situação radical e incontrolável.

Quanto ao (surpreendente) final do livro, que resisto à tentação de desvendar, diria somente isto: é o final astuto de uma narrativa, digamos, de interrogação, na medida em que se suspende um sentido definitivo em favor de um final algo aberto e inconclusivo. Não é essa, ao fim e ao resto, a missão por excelência da (grande) literatura?

José Tolentino Mendonça, *O que é amar um país. O poder da esperança*, Lisboa, Quetzal, 2020, 123 pp.

Leonor Martins Coelho
Universidade da Madeira e
Centro de Estudos Comparatistas
lfcoelho@staff.uma.pt

A época dissonante ditada pela Covid 19 é fonte de reflexão no livro de José Tolentino Mendonça. Nele, o leitor poderá acompanhar o modo como o ensaísta transita da herança da poesia que faz parte da identidade do povo português para um renovado projeto de construção identitária, comunitária e civilizacional: o que somos e o que seremos depois da turbulenta mudança de paradigmas imposta pela pandemia planetária? Como nos posicionaremos numa nova globalização? Na primeira parte do livro, cuja origem parte do discurso proferido pelo escritor e teólogo a 10 de junho de 2020, dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, o autor sublinha: “No itinerário de um país, cada geração é chamada a viver tempos bons e maus, épocas de fortuna e infelizmente também épocas de infortúnio, horas de calma e travessias borrascosas. A história não é um *continuum*, mas é feita de maturações, deslocamentos, ruturas e recomeços. O importante é que, como comunidade, nos encontremos unidos em torno da atualização

dos valores humanos essenciais e capaz de lutar por eles” (2020: 15). José Tolentino Mendonça salienta, ainda, que podemos amar um país “pela força ou amar pela fragilidade” (2020: 17). A partir destas observações estão lançados os alicerces para uma reflexão que, ao longo de uma centena de páginas, nos levará a compreender a razão pela qual uma comunidade não deve perder confiança na sua dimensão humana, de modo a poder “construir uma ecologia do mundo” (2020: 26). Na viagem em que todos os indivíduos são chamados a marcar presença, nessa renovada conformação social, importa sermos “corresponsáveis pelo incessante trânsito que liga a multiplicidade das raízes à composição ampla e esperançosa do futuro” (2020: 27).

O autor sugere três possibilidades de reconstrução. Ao propor a reabilitação de um novo pacto comunitário, alicerçado na tarefa de todos os cidadãos cuidarem da vida dos outros, empenhados na dimensão humana da salvaguarda e da proteção, gerar-se-ão as raízes de uma civilização mais atenta e empenhada em ajudar o próximo. Aliás, este encontro entre um *eu* e um *nós* fica-se a dever a um claro contributo intergeracional. Este é um tema que acalenta a voz do ensaísta: é um erro pensar ou representar uma geração como se fosse um fardo, “pois não poderíamos viver uns sem os outros” (2020: 23). A situação dos idosos, nesta pandemia, deve levar-nos a proclamar que “a vida é um valor sem variações” (2020: 24) e que os anciãos não são pesos na sociedade, mas “mediadores de vida para as novas gerações” (2020: 24). Fortalecer elos de afeto levar-nos-á a acreditar no poder da partilha e da esperança. Ao pacto comunitário e ao pacto intergeracional, juntar-se-á um novo pacto ambiental. Torna-se urgente rever “a dimensão do problema ecológico e climático” (2020: 25). A fragilidade do planeta apela, como referiu o Papa Francisco na encíclica *Laudato Si'*, à construção de uma ecologia planetária, com clara expressão jurídica nos tratados internacionais e com uma notória consciencialização de todos na proteção ambiental do planeta terra.

É este poder utópico, baseado nos princípios de ‘responsabilidade’ e ‘esperança’, de que nos fala Ernst Bloch (1885-1977), que a segunda parte do ensaio de Tolentino Mendonça reforçará. Na segunda secção do livro, o teólogo parte de uma imagem do gravurista e arquiteto Giovanni Battista Piranesi e mostra, através de uma alegoria sombria, que os seres humanos são meros pontos num mundo distópico. Através da imagem da ponte levadiça representada numa gravura do artista, José Tolentino Mendonça explora a

incomunicabilidade, debruçando-se sobre os fatores que nos levaram a um recolhimento forçado, a um corte e a um confinamento nas nossas vidas, ao medo estampado nos rostos, ao cansado extremado dos cuidadores. A realidade que hoje conhecemos revela-nos não só a vulnerabilidade da nossa existência, como também a disforia que envolve o nosso quotidiano, desprotegido, fechado, quebrado. Diz-nos o autor que a subida de vendas de alguns livros sobre pandemias, cataclismos ou distopias não é um mero acaso. Tal tem vindo a acontecer com *A Peste*, de Albert Camus, ou com o *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago. O romance francês, publicado em 1947, revela “uma incisa reflexão sobre o mal e certamente ali, como pano de fundo, está a sombra macabra do nazismo, denunciado como a “peste” que encurralou, naqueles anos, a nossa humanidade” (2020: 35-36). Por sua vez, o romance saramaguiano evidencia: “epidemia, infeção, quarentena, medidas de coerção, debate ético sobre o valor da vida, carência, medo e compaixão” (2020: 35). Trata-se de ficções de resistência com uma inevitável ligação à realidade dos nossos tempos. Mas ambas são, também, relatos de sobrevivência e de espaços de fraternidade.

A nota de esperança que o texto tolentiano nos oferece apresenta-se na imagem que dá do tratamento do tempo na Antiguidade por parte dos gregos. Esta é a hora em que podemos transformar *chrónos* em *kairós*. Ou seja: a modalidade temporal que assente no *chrónos* torna-nos escravos do tempo cronológico, inexorável, devorador e ofegante. A esta visão quantitativa do tempo, há uma outra que não nos aprisiona e nos permitirá experienciar uma realidade qualitativa. A possibilidade que envolve *kairós* permitir-nos-á conceber o tempo como pausas essenciais para a solicitude e para a escuta, É, de facto, um período para os afetos e para novos projetos de vida. Neste sentido, para o autor, há que fazer desta quarentena momentos fecundos de reflexão e de descoberta na própria solidão imposta e não momentos de estranheza, apesar de existirem e de serem avassaladores. Muito se tem falado desta quarentena ter posto fim ao “atordoamento consumista” (2020: 44). Não sabemos qual será o comportamento pós pandemia, mas vamos esperar que este “congelamento da vida que nos deixa manietados” (2020: 45) nos torne seres mais conscientes e amadurecidos: “a vida é mais do que a materialidade necessária à sobrevivência” (2020: 45). Se pensarmos nos dias rotineiros e massificados, à semelhança da voz do texto, este

deverá ser um tempo de convívio, da gratuidade e de renovadas declarações de presença com o próximo.

Em contrapartida, há que analisar este momento de calamidade e as suas reais consequências. É na verdade o que José Tolentino Mendonça faz na parte mais longa do livro. Partindo da expressão “cisnes negros”, usada no mundo da economia, o escritor recorda-nos o fatídico 11 de setembro, a emergência dos refugiados e esta era do coronavírus. Tomamos consciência que a nossa vida não está blindada, que ela é complexa e periclitante. O medo que nos assola resulta em parte da contaminação (possível) pelo vírus, mas também por outros medos subjacentes: acresce uma “angústia social extrema” (2020: 59), “estamos mais expostos aos golpes do destino” (2020: 59), como recordou Zygmunt Bauman (1925-2017). Somos então chamados a aprender “transformações, ciclos de luto, despojamento até à nudez, inflexões, demoras...” (2020: 65). Somos, pois, levados a entender que outros cataclismos virão e que os cientistas apontam para novas epidemias: o desenvolvimento galopante da nossa civilização leva a um desequilíbrio dos ecossistemas, construímos dogmas baseados no utilitarismo, criamos mercados massificados, desinvestimos no humano, descartamos os pilares da sociedade até nos lembrarmos, agora, dos verdadeiros alicerces de uma comunidade: profissionais competentes, cuidadores extremados, cidadãos responsáveis. “Toda o apocalipse é uma revelação” (2020: 66). Este tempo pandémico vem assim mostrar que será necessária uma nova “aliança com a vida” (2020: 68): uma urgência de conexão e de conversão. A conexão com o próximo far-se-á, quer no contacto pessoal, quer nas redes sociais, quando utilizadas “como canais de presença, de solicitude e de escuta” (2020: 38). Ambos podem ser “substância afetiva” (2020: 38). Apesar do empobrecimento, das vidas em suspenso e da expropriação do sentido da existência, a solidariedade, a superação do trauma, a democratização da vida social, o fortalecimento do gramática da vizinhança e da cooperação, a reparação dos conflitos, a ousadia para repensar a era pós Covid, a consciência que nos moveremos “num instável território de transição” (2020: 81) serão a nossa força.

O capítulo “Dez perguntas para depois da Covid 19” surge a meio desta terceira parte. No entanto, o autor não apresenta qualquer resposta. Na verdade, o ensaísta levou-nos, nas páginas anteriores, à inquietação, ao assombro e à reflexão sobre a visão do mundo que desejamos construir. Deixando-nos espaço para concebermos as nossas

próprias respostas. O escritor admite, contudo, que é urgente que debatamos esses questionamentos e neles vejamos o traçado de uma gramática do humano e de uma renovada arquitetura do mundo. Eis as linhas orientadoras das perguntas feitas pelo teólogo: a sociedade terá novas assimetrias e outros modelos de existência coletiva? Depois do confinamento, como lidaremos em termos de afeto? Saberemos (re)construir uma globalização consciente dos riscos, mas sem lhe negar a ordem social, fraterna e inclusiva? Teremos uma outra consciencialização do planeta que habitamos? Procuraremos renovadas conexões para esbater as fragilidades ignoradas que se vivem atualmente? Teremos aprendido a desacelerar e a viver de forma mais autêntica? O que advirá da União Europeia depois desta crise? Saberemos arquitetar a *polis* à escala humana? Saberemos cuidar de quem cuidou de nós não nos limitando a aplaudir os heróis do momento? Vencerá uma gramática da convivialidade fraterna assente na partilha desinteressada e com um equilibrado sentido comunitário?

Nesta última parte significativamente intitulada “Do tempo da calamidade ao tempo da graça”, apesar de o autor constatar que “o grau de sofrimento coletivo cresceu” (2020: 76), ele invoca dois axiomas de esperança para tempos de reconstrução. Por um lado, sublinha o “axioma de Quarentelli”, sociólogo norte-americano, especializado nas reações aos desastres. Nos seus estudos, o cientista conclui que face à catástrofe a cooperação é maior do que o conflito. Uma catástrofe não só avizinha pessoas e fortalece a identidade da comunidade, como cria respostas concretas e reforça a coesão social. O segundo axioma referido por Tolentino Mendonça é o “axioma de Cyrulnik”, neuropsiquiatra que assistiu à morte dos pais em Auschwitz e que considera que o trauma não sendo reversível pode ser reparável. Sem nos estilhaçarmos, através da resiliência, podemos recuperar a confiança na vida. É importante para a alegria de viver que honremos os nossos idosos pois “a velhice é um laboratório de vida presente e não só passada” (2020: 88). É fundamental estarmos atentos à solidão dos jovens porque “mais submersa, mais enigmática e confusa para os próprios sujeitos” (2020: 92). Nestes tempos pandémicos, quais serão os medos e as incertezas que lhes vão na alma? Neste mundo de exceção à normalidade, devemos construir memórias de aproximação. Neste sentido, o autor incentiva a salvaguarda do nosso património humano, apelando a que sejamos “seres de relação” (2020: 98). Ao mesmo tempo, há que ter a consciência do limite, compreender as fragilidades

do mundo e estar atento aos desequilíbrios globais. Nesta encruzilhada da vida, devemos “reaprender a conjugar transformações e preservação” (2020: 97). Renovadas aprendizagens, quer nas escolas, quer nas universidades, poderão ditar novas dinâmicas. Será necessário “revermos criticamente os nossos automatismos” (2020: 106) e perceber que “este tempo agudo de crise que estamos a viver...é sobretudo um tempo de aprendizagem” (2020: 111). Vivemos uma época de confinamento muito pouco conducente com a nossa cultura: “somos seres de espaço” (2020: 115). O tempo de hoje “é de hospedar na nossa vida uma respiração que é maior do que nós” (2020: 115). Assim sendo, é tempo de espera, de resistência, mas também da palavra: de nos dizermos ao *outro*, e, nos momentos em que não tivermos ninguém, é tempo de escutarmos a nossa própria história, como uma bússola que nos guie nesta travessia tormentosa.

Samartim, Roberto / Pazos-Justo, Carlos (eds.) (2020): *Portugal e(m) nós. Contributos para a compreensão do relacionamento cultural galego-português*. Vila Nova de Famalicão: Húmus / Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.

Santiago Pérez Isasi
 (Centro de Estudos Comparatistas,
 Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
 santiagoperez@campus.ul.pt)

El espíritu que anima la publicación de *Portugal e(m) nós*, volumen colectivo coordinado por Roberto Samartim y Carlos Pazos-Justo, es semejante al de las publicaciones que en el mundo académico anglosajón se denominan *readers*: un compendio de textos, ya publicados anteriormente en otros formatos y contextos, que ofrece una visión de conjunto y al mismo tiempo una primera introducción en relación con un cierto área o problema; en este caso, se trata de una aproximación panorámica a las relaciones culturales entre Galicia y Portugal, a partir de los proyectos desarrollados por la red de